

# Sistema de saúde do Distrito Federal é ameaçado de colapso

**Brasília** — O administrador da cidade-satélite de Brazlândia, Humberto Denucci, deixará esta semana o cargo que ocupa há seis anos levando uma frustração: "O atendimento médico é péssimo". O que torna inusitada sua declaração é que Brazlândia, como todo o Distrito Federal, tem a média de quatro médicos por mil habitantes, exatamente o índice considerado ideal pela Organização Mundial de Saúde — OMS, que vê com crescente preocupação o índice brasileiro de 1,2 médico para cada mil habitantes.

"No ano passado, 40% da clientela que atendemos procediam de outros Estados. Esse é o problema", explica o Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), secretário de Saúde do Distrito Federal. Da clientela de 1 milhão 300 mil pacientes, 520 mil vieram de longe, à procura de atendimento médico. A população de todo o DF é de 1 milhão 500 mil, apenas 200 mil a mais do que a clientela atendida no ano passado pelo Hospital Regional de Brazlândia.

"Com tal índice de pacientes externos não há esquema de saúde eficiente", concorda o secretário de Saúde, em apoio ao administrador.

## Disputa

Como em qualquer lugar do País, Maria José de Oliveira levanta às 2h30min da manhã para marcar uma consulta no Hospital Regional de Brazlândia, um dos nove do Distrito Federal. Na longa fila, ela

disputa atendimento com goianos das cidades de Padre Bernardo, Corumbá de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e até da distante Rio Verde.

"Centenas de pessoas dão endereços fantasmais como se morassem em Brazlândia, para ter atendimento", denuncia Maria Valdenici, residente na Vila São José, o mesmo bairro de Maria José de Oliveira. Não há uma estatística, mas isso se repete por todo o Distrito Federal. "Há um comércio pirata de pessoas que vendem contas de luz e telefones para os pacientes que vêm de fora", completa a presidente do Sindicato dos Médicos, Maria José da Conceição.

Ela diz que o plano de saúde no Distrito Federal "é perfeito, sua prática é que não é". Numa outra cidade-satélite, Ceilândia, a mais pobre, foram projetados um hospital e dez centros de saúde, para atender a uma população de 150 mil habitantes. Ocorre que hoje os habitantes já passam dos 500 mil.

"Os governos estaduais, principalmente os de Minas e de Goiás, vêm o problema com enorme passividade. Se nossos habitantes podem ser atendidos no Distrito Federal, por que vamos investir na área de saúde nas cidades do entorno?", raciocinam, segundo o secretário Mosconi, seus governadores. Agora, o Governo José Aparecido de Oliveira formou uma comissão conjunta com os governos de Minas e Goiás e os Ministérios da

Saúde e da Previdência para traçar um projeto de investimento em saúde nas 12 cidades do entorno.

"Se o projeto tiver um mínimo de competência — garante Mosconi —, o número de pessoas, estimado em 520 mil, que vêm a Brasília em busca de médicos vai cair em 50%".

"Deus lhe ouça", diz, desconfiado, Matias Lima de Menezes, um frustrado freqüentador das filas dos hospitais, morador da vila São José.

A conseqüência imediata do problema é a vertiginosa queda na qualidade do atendimento médico. Maria dos Santos de Souza, da vila São José, levou seis meses para operar a garganta no Hospital de Base de Brasília. "Já não agüentava mais", diz ela. O secretário Mosconi admite que tudo ficou lento demais: "As cirurgias seletivas estão sendo marcadas com um largo prazo".

Outros dois problemas acompanham a disputa pelo atendimento. Um, segundo o secretário de Saúde, é a taxa de crescimento populacional do DF, 12% anual, 9 pontos mais alta que a de todo o País (3%). Outro, segundo o administrador que agora deixa Brazlândia, é que os médicos, por causa de seus baixos salários, costumam manter de três a quatro empregos ao mesmo tempo. De fato, os salários são baixos. Enquanto o bruto na Fundação Hospitalar, para início de carreira, é de Cr\$ 1 milhão 700 mil, o de um profissional em fim de carreira é de Cr\$ 3 milhões.